

Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes



CONTEUDO

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações contábeis



Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Conselheiros **Instituto Estre de Responsabilidade Sócio-Ambiental** São Paulo – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Estre de Responsabilidade Sócio-Ambiental ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos assuntos mencionados na seção "Base para opinião com ressalva" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Estre de Responsabilidade Sócio-Ambiental em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros.

Base para opinião com ressalva

Demonstrações contábeis do exercício anterior

As demonstrações contábeis do Instituto do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, não foram examinadas por nós ou por outros auditores independentes. Consequentemente, não emitimos opinião sobre elas. Além disso, os exames adicionais desenvolvidos, decorrentes de uma primeira auditoria, sobre transações e valores que compõem os saldos em 31 de dezembro de 2016 não foram suficientes para assegurar que tais saldos não tenham efeitos relevantes sobre o resultado e as mutações do patrimônio líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais



responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Continuidade

A Administração do Instituto vem adotando medidas estabelecidas no início do exercício para equalização dos passivos e reversão dos resultados negativos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. A manutenção da capacidade operacional do Instituto está atrelada ao sucesso daquelas medidas. As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando a continuidade normal das operações do Instituto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manterem em continuidade operacional, conforme nota explicativa nº1.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 9 de maio de 2018.

Vexsea Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP-037.537/O-1

Luiz Carlos Soares da Silva Contador CRC 1SP-228.054

Instituto Estre de Responsabilidade Sócio-Ambiental

Balanços Patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em reais)

ATIVO	Notas	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO No	Notas	31/12/2017	31/12/2016
			(Não auditado)				(Não auditado)
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	13.713	7.817	Fornecedores	9	62.440	168.367
Outros créditos	4	36.677	171.850	Obrigações trabalhistas	7	43.921	36.112
Impostos a recuperar	1	57	57	Obrigações fiscais	8	4.326	822
				Provisões de férias e encargos	6	59.823	53.723
Total do ativo circulante		50.447	179.724				
				Total do passivo circulante		170.510	259.024
Ativo não circulante							
Imobilizado	5	640.941	680.482	Patrimônio líquido	10		
				Patrimônio social		601.182	729.387
Total do ativo não circulante		640.941	680.482	Déficit dos exercícios		(80.304)	(128.205)
				Total do patrimônio líquido		520.878	601.182
TOTAL DO ATIVO	II	691.388	860.206	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNO LÍQUIDO		691.388	860.206

Demonstração dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em reais)

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
			(Não auditado)
Receitas das atividades			
Contribuições e doações	11	2.735.465	2.900.799
		2.735.465	2.900.799
Receitas/(Despesas) das atividades			
Pessoal	13	(1.474.729)	(1.369.166)
Gerais e administrativas	14	(747.690)	(588.537)
Serviços de terceiros	15	(237.186)	(657.959)
Eventos	12	(280.173)	(357.043)
Depreciação	5	(64.308)	(69.956)
Tributárias		(4.204)	(12.035)
Outras receitas		1.410	
Total		(2.806.880)	(3.054.696)
2000			
Superávit antes do resultado financeiro		(71.415)	(153.897)
Resultado financeiro líquido		(8.889)	25.692
Déficit dos exercícios		(80.304)	(128.205)

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em reais)

	31/12/2017	31/12/2016 (Não auditado)
Déficits dos exercícios	(80.304)	(128.205)
Outros resultados abrangentes	_	_
Resultado abrangente	(80.304)	(128.205)

Demonstração das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e $\,2016$

(Em reais)

	Nota	Patrimônio social	Superávit/ (Déficit) do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (Não auditado)		763.038	(33.651)	729.387
Déficit do exercício		1	(128.205)	(128.205)
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (Não auditado)	10	763.038	(161.856)	601.182
Transferência para o patrimônio social Déficit do exercício	·	(161.856)	161.856	(80.304)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	10	601.182	(80.304)	520.878

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em reais)

	31/12/2017	31/12/2016
		(Não auditado)
Das atividades operacionais Déficit dos exercícios	(80.304)	(128.205)
Ajuste para conciliar o resultado às disponibilidades pelas atividades operacionais Depreciação	64.308	69.956
Déficit ajustado dos exercícios	(15.996)	(58.249)
Redução (aumento) nos ativos		
Outros créditos	135.173	(69.746)
Aumento (redução) nos passivos	135.173	(69.746)
Fornecedores/ Contas a pagar	(105.927)	139.939
Obrigações trabalhistas	7.809	10.479
Obrigações fiscais	3,504	(16.714)
Provisões de férias e encargos	6.100	(4.891)
	(88.514)	128.813
Caixa gerado pelas atividades operacionais	30.663	818
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao ativo imobilizado	(24.767)	(1.557)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(24.767)	(1.557)
Aumento / (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	5.896	(739)
Variações líquidas no caixa e equivalente de caixa		
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	7.817	8.556
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	13.713	7.817
Aumento / (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	5.896	(739)

(Valores expressos em reais)

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

1. Contexto operacional

O Instituto Estre de Responsabilidade Sócio-Ambiental ("Instituto Estre" e/ou "Instituto"), fundado em 11 de novembro de 2006, é uma associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na Avenida Juscelino Kubitschek, 1.830, 3°, Torre I, São Paulo, de CEP: 04543 -900.

O Instituto tem como objeto social promover, incentivar, desenvolver e apoiar ações de preservação, educação e pesquisa ambiental, bem como promover o desenvolvimento cultural, atuando especificamente, mas não apenas na:

- Conservação e recuperação de áreas degradadas no meio ambiente urbano e rural;
- Produção e venda de mudas para uso em reflorestamento;
- Formação de recursos humanos voltados para a atividade fim do Instituto;
- Promoção de projetos de educação ambiental;
- Desenvolvimento de projetos voltados para o consumo sustentável, reuso e reciclagem de resíduos;
- Apoio a projetos de promoção da cultura, cidadania, da democracia e de outros valores universais, bem como de inclusão e de desenvolvimento econômico e social;
- Defesa, pesquisa e divulgação do patrimônio cultural brasileiro.

O Instituto Estre é qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip.

O Instituto renovou seu certificado de entidade ambientalista, para fins do Decreto nº 46.655/02, para o exercício de 2018/2019, com validade até 31 de março de 2019.

Plano da Administração para equalização do déficit

O Instituto incorreu em deficit nos últimos exercícios e capital circulante líquido negativo no montante de R\$120.63 (R\$79.300 em 31 de dezembro de 2016). A Administração do Instituto implementou também algumas mudanças estratégicas, principalmente corte de despesas, objetivando dar início ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mantendo um controle dos gastos para não impactar os resultados. A Administração do Instituto acredita que com essas medidas em curso e outras que poderão ser implementadas durante o exercício trarão os resultados esperados e proporcionarão a equalização do fluxo financeiro do Instituto, assim como otimizar ainda mais o resultado econômico-financeiro.

(Valores expressos em reais)

2. Políticas Contábeis

2.1 Base de preparação das demonstrações contábeis intermediárias

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, considerando o Pronunciamento NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Institutos e a Interpretação Técnica Geral ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 9 de maio de 2018, conforme previsto no Estatuto.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico.

c) Moeda funcional

A moeda funcional do Instituto é o Real e todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis intermediárias estão expressos reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Principais Práticas contábeis

A Administração do Instituto aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do resultado

As receitas são registradas quando do seu efetivo recebimento, ou seja, pelo regime contábil de caixa. As despesas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência

As receitas com trabalhos voluntários, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que o Insituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas das atividades, em 31 de dezembro de 2017 não foram reconhecidos receitas e despesas como trabalhos voluntários no Instituto.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização e liquidez, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização.

(Valores expressos em reais)

c) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas do imobilizado. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Descrição	Vida útil
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Instalações	10 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4 anos
Computadores e periféricos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 (doze) meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

e) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Instituto tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas com base no *fair value* das obrigações esperadas.

(Valores expressos em reais)

f) Instrumentos financeiros

A Administração do Instituto não possui ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes e não operou com instrumentos financeiros derivativos.

Dessa forma, todos os instrumentos financeiros do Instituto são reconhecidos inicialmente pelo preço da transação (incluindo os custos da transação) e as mensurações subsequentes, quando aplicável, ocorrem com base no método do custo amortizado, pela taxa efetiva de juros.

A Administração do Instituto avalia periodicamente se há necessidade de reconhecimento de provisão ao valor recuperável de seus ativos financeiros.

g) Demonstração dos fluxos de caixa

A Administração do Instituto apresenta a demonstração dos fluxos de caixa de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), utilizando o método indireto, segundo o qual o resultado líquido é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesas associadas com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

h) Novas normas, alterações e interpretações de normas

Até a data de divulgação destas demonstrações contábeis, os seguintes pronunciamentos e interpretações contábeis foram emitidos ou sofreram alterações substanciais, porém não eram de aplicação obrigatória para o exercício de 2017:

	Pronunciar	Aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de:	
No Brasil	Correspondente Internacional	Assunto	
CPC 48	IFRS 9	Instrumentos Financeiros	1º. de janeiro 2018
CPC 47	IFRS 15	Receitas de Contratos com Clientes	1º. de janeiro 2018
CPC 06 (R2)	IFRS 16	Arrendamento Mercantil	1º. de janeiro 2018

A Administração do Instituto entende que a aplicação dos novos pronunciamentos acima no futuro não causará efeitos relevantes nas demonstrações do Instituto.

2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis intermediárias de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

(Valores expressos em reais)

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, entre outros:

- valor residual do ativo imobilizado;
- mensuração de instrumentos financeiros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
		(Não auditado)
Caixa fundo fixo	63	7.659
Bancos conta movimento	13.650	158
Total	13.713	7.817

Os saldos de bancos conta movimento são representados, principalmente, por contas correntes mantidas em instituições financeiras nacionais.

4. Outros créditos

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
		(Não auditado)
Empréstimos a funcionários	32.175	47.175
Adiantamentos de viagens	4.502	61.340
Adiantamentos a fornecedores		63.335
Total	36.677	171.850

5. Imobilizado

O ativo imobilizado do Instituto está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente em suas atividades. Os detalhes do ativo imobilizado estão demonstrados nas tabelas a seguir:

(Valores expressos em reais)

				31/12/2017	31/12/2016
	Vida útil	Imobilizado	Depreciação	lmobilizado	lmobilizado
Descrição	estimada	custo	acumulada	líquido	líquido
					(Não auditado)
Móveis e utensílios	10 anos	221.513	(200.381)	21.133	41.802
Computadores e periféricos	5 anos	106.034	(95.077)	10.957	9.612
Veículos	5 anos	123.615	(123.615)	-	-
Máquinas e equipamentos	10 anos	6.048	(4.478)	1.570	2.175
Instalações	10 anos	27.551	(27.551)	_	2.756
Benfeitorias e imóveis de terceiros	4 anos	887.104	(279.823)	607.281	624.137
Total		1.371.865	(730.924)	640.941	680.482

Movimentação do imobilizado custo

	Saldo em			Saldo em
Descrição	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017
	(Não auditado)			
Máquinas e equipamentos	6.048	-	-	6.048
Móveis e utensílios	221.513	-	-	221.513
Computadores e periféricos	99.587	6.447	-	106.034
Veículos	123.615	-	-	123.615
Instalações	27.551	-	-	27.551
Benfeitorias e imóveis de terceiros	868.784	18.320	_	887.104
	1.347.098	24.767	and a	1.371.865

Movimentação da depreciação

	Saldo em			Saldo em
Descrição	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017
	(Não auditado)			1
Máquinas e equipamentos	(3.873)	(605)	_	(4.478)
Móveis e utensílios	(179.711)	(20.669)	-	(200.381)
Computadores e periféricos	(89.974)	(5.102)	_	(95.077)
Veículos	(123.615)	-	_	(123.615)
Instalações	(24.795)	(2.756)	-	(27.551)
Benfeitorias e imóveis de terceiros	(244.647)	(35.176)	-	(279.823)
	(666.616)	(64.308)		(730.924)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi registrada despesa de depreciação no montante de R\$64.308 (R\$69.956 em 31 de dezembro de 2016) classificada na rubrica "Depreciação".

Administração do Instituto não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos seus ativos.

(Valores expressos em reais)

6. Fornecedores

A rubrica contábil de Fornecedores no montante de R\$62.400 (R\$168.367 em 31 de dezembro de 2016) corresponde a gastos com contratação de prestadores de serviços e aquisições de materiais de escritório e consumo utilizados no desenvolvimento de suas atividades.

7. Obrigações trabalhistas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
		(Não auditado)
INSS a recolher	17.396	14.528
IRRF a recolher	15.607	10.555
FGTS a recolher	6.528	5.332
INSS sobre serviços de terceiros a recolher	3.192	4.735
Contribuição sindical a recolher	59	59
Pis sobre salários a recolher	1.139	903
	43.921	36.112

8. Obrigações fiscais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
		(Não auditado)
IRRF a recolher - PJ	84	77
CSRF a recolher	262	258
ISS ret.terc.a recolher	3.980	488
	4.326	822

9. Provisão de férias e encargos

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
		(Não auditado)
Férias	44.478	37.557
Encargos sociais sobre férias	15.345	12.957
	59.823	50.514

10. Patrimônio líquido

a) Patrimônio social

O Patrimônio Social é representado pelo patrimônio inicial do Instituto, acrescido dos resultados apurados anualmente desde a data de sua constituição que são empregados integralmente nos seus objetivos sociais, conforme divulgado na nota explicativa nº 1.

(Valores expressos em reais)

11. Receita de contribuições

As receitas de contribuições no montante de R\$ 2.735.465 (R\$ 2.900.799 em 31 de dezembro de 2016), são aquelas derivadas do Instituto espontânea, arrecadadas mensalmente e de sua mantenedora para a utilização em suas atividades descritas na nota explicativa nº 1.

12. Despesas com pessoal

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
		(Não auditado)
Salários e ordenados	(809.207)	(732.465)
INSS	(207.618)	(185.764)
FGTS	(64.802)	(57.643)
Pis	(8.040)	(7.018)
Beneficios	(229.357)	(242.608)
Outros gastos com pessoal	(155.704)	(143.668)
	(1.474.729)	(1.369.166)

13. Despesas gerais e administrativas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
		(Não auditado)
Marketing Institucional	(119.004)	(11.233)
Reembolso de viagens e hospedagens	(150.516)	(60.916)
Manutenção e conservação	(146.827)	(104.141)
Locação de veículos	(86.487)	(62.434)
Transportes	(69.540)	(100.300)
Combustíveis	(31.619)	(20.666)
Materiais diversos	(27.073)	(18.026)
Outras despesas	(116.624)	(210.821)
	(747.690)	(588.537)

(Valores expressos em reais)

14. Serviços de terceiros

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
		(Não auditado)
Segurança e vigilância	(156.152)	(278.876)
Advogados	(36.365)	(31.136)
Contabilidade	(27.244)	(17.123)
Segurança do trabalho	(2.225)	(3.354)
Serviços prestados (PF)	(1.200)	(1.220)
Contratos permanentes (PJ)	(14.000)	(326.250)
	(237.186)	(657.959)

15. Despesas com eventos

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
		(Não auditado)
Pequenos encontros Institucionais	(93.478)	(119.679)
Quinzena da criança	(78.787)	(54.829)
Escolas sustentáveis	(63.887)	(119.193)
Formação de monitores	(43.237)	(62.489)
Formação de professores	(784)	(853)
	(280.173)	(357.043)

16. Partes relacionadas

A Administração do Instituto não efetuou nenhuma transação ou contratou serviços de partes relacionadas.

Remuneração da Administração

O Instituto não distribuirá lucros, bonificações ou vantagens aos seus Conselheiros, sob nenhuma forma ou pretexto, ou seja, os membros do Conselho de Administração e Conselheiros não são remunerados, direta ou indiretamente, por suas funções e nem recebem vantagens ou benefícios.

A Administração do Instituto não possui outros benefícios de rescisão de contrato, pagamento baseado em ações e outros benefícios de longo prazo, para o pessoal-chave da Administração.

17. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a. Considerações gerais e políticas

O Instituto contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

(Valores expressos em reais)

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração do Instituto.

A Administração do Instituto não contratou instrumentos financeiros na forma de derivativos ou em moedas estrangeiras.

b. Gestão de risco financeiro

As atividades do Instituto a expõe a poucos riscos financeiros. O Instituto não possui passivos financeiros onerosos e as receitas financeiras não compõem parte relevante de suas receitas, de forma que a Administração entende não estar vulnerável a flutuações nas taxas de juros.

O Instituto não possui ativos, passivos, receitas ou despesas atreladas a variações cambiais.

A Administração também entende que não há risco de crédito relevante, pois trabalha com bancos de primeira linha e não possui outros ativos financeiros relevantes.

c. Gestão de capital

Os objetivos do Instituto ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Instituto para oferecer benefícios aos seus associados e às outras partes interessadas.

Em 31 de dezembro de 2017 o Instituto está com seu capital circulante líquido negativo em R\$39.966 (R\$79.300 em 31 de dezembro de 2016).

O Instituto possui somente instrumentos financeiros classificados como "Empréstimos e Recebíveis". Os respectivos saldos nas datas dos balanços não diferem de forma relevante de seus valores justos.

18. Isenção tributária

Por tratar-se de Instituto sem fins lucrativos, a entidade é isenta do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e o artigo 195 da Constituição Federal, portanto, isenta do imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido.

O Instituto não está imune em suas obrigações previdenciárias e não goza de qualquer benefício desta natureza. Suas obrigações trabalhistas, tais como contribuições ao INSS e FGTS, são calculadas normalmente sobre os proventos da Folha de Pagamentos, assim como o PIS que é calculado pela aplicação do percentual de 1% sobre os proventos pagos aos funcionários.

(Valores expressos em reais)

A partir de julho de 2015 o Instituto passou a recolher a COFINS sobre suas receitas financeiras, reestabelecido pelo Decreto nº 8.426/2015 conforme previsão legal com base na Lei 10.865/2004.

19. Contrato de Seguros (Não auditado)

A Administração do Instituto possui seguro para proteção de seu patrimônio, o que foi efetuado de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos a que estejam expostos, observando-se os fundamentos de ordens legal, contratual e técnica. Os montantes foram considerados suficientes pela Administração para a cobertura dos riscos envolvidos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza não fizeram parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

* * *

Dirceu Pierro Diretor Administrativo

Ricardo Kolndorfer CRC 1SP175741/O-6